



Evento:XXX Jornada de Pesquisa

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ARTICULAÇÕES ENTRE A BNCC E O REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL¹

Jéssica Leindecker Dorneles², Ivo dos Santos Canabarro³, Vidica Bianchi⁴

¹Trabalho desenvolvido na disciplina de Alternativas Curriculares Emancipatórias nas Diferentes Áreas de Saberes: Reflexões Epistemológicas do programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - UNIJUI

²Professora da rede Municipal de Ensino de Ijuí/RS, bolsista CAPES, mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

³Professor Dr. da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências

⁴Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professora permanente do Programas de Pós-graduação em Educação nas Ciências e do Programa de Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade - UNIJUI

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um importante marco para a organização da Educação Infantil no Brasil. Estabelece as diretrizes que visam garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças em todo cenário nacional.

Cabe ressaltar que a BNCC da Educação Infantil está organizada através de cinco campos de experiência que contemplam a formação integral dos sujeitos, respeitando as fases de desenvolvimento das crianças e também a faixa etária. A base reconhece, no entanto, a importância da aproximação entre suas propostas e as condições culturais de cada região.

Neste sentido, o Referencial Curricular Municipal de Ijuí construído de forma colaborativa por educadores da rede pública municipal, tem a finalidade de ser este documento local, que contempla uma concepção de infância e, a partir dela, uma proposta pedagógica para educação infantil voltada para a realidade do município. Dar tempo e espaço para a criança com intencionalidade educativa é a grande provocação deste referencial que foi pautado através dos seguintes princípios: O bem estar da criança; O Currículo pautado no cotidiano; A convivência; Aprender pela experiência; O espaço como educador; A relação com a natureza; Educador pesquisador; O momento Livre;

A partir destas questões, este texto tem como objetivo fazer uma análise documental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Municipal de Ijuí, a fim de destacar aproximações e diferenças entre os mesmos, assim como contribuir para o



desenvolvimento de uma prática pedagógica emancipatória na Educação Infantil. Compreende-se também que este trabalho contempla o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que diz respeito à educação de qualidade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental. Esta escolha justifica-se pelo interesse em compreender as concepções, princípios e orientações curriculares que estão expressos nos documentos legais (Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular Municipal de Ijuí) bem como, identificar articulações, convergências e diferenças entre os níveis nacionais e municipais. Ainda busca dialogar com autores como Saviani (2016) e Silva (2024), a fim de estabelecer compreensões necessárias sobre currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar a concepção de currículo para a Educação Infantil exige um olhar sensível e atento às particularidades da infância e às suas múltiplas linguagens, assim como a compreensão de que aprendizagem acontece de diversas formas. Diferentemente das etapas posteriores da educação básica, a Educação Infantil não é orientada pelo desenvolvimento de habilidades e competências referentes a conteúdos formais e nem possui métodos de avaliação externa como os anos seguintes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a especificidade da infância e estrutura sua proposta por meio dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são organizados, a partir de três faixas etárias. A primeira, diz respeito aos Bebês (0 a 1 ano e 6 meses), a segunda refere-se às Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), e a terceira, às Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Além dessa estruturação por faixa etária, a BNCC propõe cinco campos de experiência que sugerem situações educativas, que respeitem o tempo, o ritmo e a singularidade de cada criança, além de propor experiências que envolvam interações e brincadeiras como eixos estruturantes do currículo. São eles: 1º campo: O eu, o outro e o nós, 2º campo: Corpo, gestos e movimentos, 3º campo: Traços, sons, cores e formas, 4º campo: Escuta, fala, pensamento e imaginação, 5º campo: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Considerando a amplitude das temáticas abordadas pelos campos de experiência, observa-se que os mesmos possibilitam uma margem de atuação aos docentes, que podem



planejar vivências significativas e contextualizadas, de acordo com as especificidades de sua turma.

Contudo, justamente por se tratar de um documento nacional, a BNCC necessita de complementações em nível local, a fim de garantir que as práticas educativas dialoguem com a realidade sociocultural das crianças. É nesse ponto que o Referencial Curricular Municipal de Ijuí se apresenta como um instrumento significativo. Elaborado a partir da escuta e da colaboração dos profissionais da rede municipal de ensino, o Referencial possui uma concepção de infância que contempla a experimentação, a descoberta, a convivência e a expressão. Diferente de um currículo prescritivo, o documento inicia, trazendo uma ideia de provisoriedade,

É importante compreender que o conceito de provisório, não está ligado à falta de conhecimento ou planejamento, mas sim à ideia de abertura ao novo, vinculada à ousadia, à coragem, à inovação. Pensar na provisoriedade na Educação Infantil é romper com um conceito de educação tradicional que coloca o professor na centralidade do processo educativo, é tirar as amarras que não permitiam a voz das crianças. O conceito de certezas provisórias dá espaço para a escuta sensível, para a observação, para o encantamento. (IJUÍ, 2020, p. 11)

Ao adotar essa perspectiva, o documento deixa claro sua prioridade em relação ao desenvolvimento da criança. Embora, adote os mesmos campos de experiência da BNCC o referencial ainda traz alguns princípios para nortear seu trabalho, são eles: O bem-estar da criança, que envolve acolhimento, segurança afetiva e relações de cuidado; O currículo pautado no cotidiano, valorizando a rotina como espaço de construção de conhecimento; A convivência, como processo de formação ética e social; Aprender pela experiência, reconhecendo a importância do corpo, do brincar e da experimentação sensorial; O espaço como educador, ao reconhecer a intencionalidade na organização dos ambientes escolares; A relação com a natureza, como forma de promover sustentabilidade e sensibilidade ambiental; O educador pesquisador, que reflete, observa e ressignifica sua prática; O momento livre, que garante à criança tempo para escolhas, invenções e autonomia.

Esses princípios convergem com a proposta da BNCC ao reafirmarem o protagonismo da criança na construção do conhecimento. No entanto, o documento municipal avança ao trazer uma ênfase maior para questões como: a escuta ativa e a valorização das múltiplas infâncias, reconhecendo a heterogeneidade dos contextos socioculturais e a importância da cultura local para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.



Do ponto de vista teórico, essa perspectiva corrobora com a crítica de Silva (2024) sobre a natureza seletiva do currículo. Ele argumenta que o currículo não é um conjunto neutro de conhecimentos, mas uma construção cultural e política, permeada por disputas e escolhas. Afirma que “[...] O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, em que seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo” (2024, p. 15).

Ao considerar essa ideia, o Referencial Curricular de Ijuí se destaca por tornar visíveis as escolhas pedagógicas feitas a partir da escuta dos sujeitos e da realidade local, algo que a BNCC, em seu caráter nacional, não consegue abarcar completamente. É possível dizer então que o Referencial assume a responsabilidade de “traduzir” a política curricular nacional para a prática cotidiana, de forma mais próxima às particularidades locais. O documento municipal contribui com uma concepção de educação infantil que deve voltar seu olhar para uma prática mais afetiva, investigativa e libertadora. Neste sentido, Saviani (2016) contribui com a ideia de que o currículo é parte de um projeto educativo voltado à formação humana e à transformação social. Esta concepção, reforça a necessidade de o conhecimento ser transmitido de forma sistematizada, mas também articulado com a realidade dos sujeitos.

Portanto, ao comparar os dois documentos, observa-se que ambos valorizam o desenvolvimento integral da criança, assim como reconhecem no brincar, a principal linguagem da infância. Ambos também acreditam na importância do espaço, do tempo e da interação entre os sujeitos, como mediadores fundamentais do processo educativo. No entanto, o Referencial Municipal de Ijuí aprofunda aspectos relacionados ao cotidiano, a escuta das crianças e a liberdade de escolhas, incorporando práticas pedagógicas mais compatíveis com a cultura local.

Essas diferenças são fundamentais para qualificar o trabalho do professor e garantir uma prática pedagógica contextualizada e coerente com os direitos das crianças. A proposta municipal, por exemplo, enfatiza a questão da autonomia infantil não apenas como um objetivo, mas como um princípio de ação cotidiana. Esse aspecto fica evidente ao valorizar o "momento livre", em que as crianças são encorajadas a fazer suas próprias escolhas, criar, inventar e explorar, sem a intervenção direta do adulto o tempo todo.

Por fim, essa análise demonstra a importância da construção de uma educação de qualidade, como prevê o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao tornar evidente a necessidade dos territórios locais se articularem e se posicionarem de forma crítica e sensível



aos documentos nacionais, com o objetivo de buscar uma mediação que contemple os desafios e as características de cada localidade. A articulação entre BNCC e os referenciais locais, como o de Ijuí, evidencia um caminho possível para tornar o currículo mais vivo e mais próximo das necessidades dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos documentos, é possível concluir que o Referencial Curricular de Ijuí representa uma contextualização sensível e significativa da BNCC. Ao mesmo tempo em que respeita as diretrizes nacionais, o documento municipal consegue ampliar a proposta curricular, dando voz a questões que fazem parte da realidade local. Traz princípios para nortear a prática educativa que evidenciam uma concepção de infância que acredita verdadeiramente no protagonismo infantil ao valorizar questões como, o olhar atento, a escuta sensível e o brincar como linguagem. Com isso, o Referencial Curricular consolida-se como uma proposta interativa, que foi construída sob muitas mãos, flexível porque assume um caráter de certezas provisórias e coerente porque parte do reconhecimento local para a proposição de práticas educativas.

Palavras-chave: Criança. Currículo. Educação. Infantil. Referencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

IJUÍ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Referencial Curricular Municipal de Ijuí. Ijuí, 2020.

SAVIANI. Demerval. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento. Ano 3, nº4. 2016.

SILVA. Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. 156p.